



Valor Econômico – 27 Nov 2003

Empresas prevêm demissão dos presidentes da Aneel e do ONS

Representantes do setor elétrico fizeram ontem previsões de que o governo enviará as regras do novo modelo do setor via medida provisória no último dia da atual legislatura do Congresso, previsto para 15 de dezembro. Como uma MP tem validade a partir da data da sua edição, o governo teria, desta forma, carta branca para começar as mudanças regulatórias já em janeiro, durante o recesso legislativo, antes mesmo de sua tramitação no Congresso e possíveis modificações na Câmara e no Senado.

Na visão dos executivos do setor, as primeiras providências que o governo tomaria a partir da edição da MP, logo nos primeiros dias de 2004, seriam a intervenção no Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), responsável pelo despacho das usinas e pelos sistemas de transmissão e a substituição do Mercado Atacadista de Energia (MAE) pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que acumulará também o papel do "pool" e será responsável pela comercialização de energia, de forma regulada, entre geradoras, distribuidoras e consumidores.

Também é cogitado o prolongamento, por tempo indeterminado, da existência da Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica (CBEE), responsável pelo recolhimento do seguro-apagão dos consumidores, que tinha prazo para acabar em dezembro de 2005.

Os atuais presidentes do ONS e do MAE seriam depostos e os novos responsáveis indicados pelo "poder concedente", segundo estabelece a minuta da medida provisória que circulou no mercado. Segundo os agentes do setor, a minuta é "verdadeira e contém tudo o que foi discutido entre eles e o ministério de Minas e Energia em reuniões ao longo deste ano".

O temor de que a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, venha a adotar essas medidas foi o principal assunto entre os vários executivos do setor elétrico que estiveram ontem na Câmara dos Deputados, onde foi instaurada a Frente Parlamentar e Defesa da Infra-Estrutura Nacional.

De acordo com um dos agentes presente ontem à reunião, o governo terá, ao enviar a MP no último dia de sessão no Congresso, prazo para tomar suas providências sem mudanças na lei até aproximadamente maio de 2004, quando a MP começará a trancar as pautas de votação no poder legislativo. Além disto, as MPs dificultam propostas de emendas porque o seu prazo de apresentação é de apenas cinco sessões após a sua chegada.

"O governo planeja ter poder imperial sobre o setor, o que é grave pois há interesses econômicos envolvidos. Não podemos nos esquecer que a União é a controladora das duas maiores empresas da área de energia, a Petrobras e a Eletrobrás", afirmou uma fonte.

A frente parlamentar instituída ontem será composta por 11 coordenadores setoriais e realizará reuniões freqüentes sobre cada setor. Ontem, fizeram apresentações o presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), Claudio Sales, e o consultor José Márcio Camargo, da Tendências Consultoria, responsável pela elaboração do livro "Setor Elétrico Brasileiro: Cenários de Crescimento e Requisitos para a Retomada de Investimentos", lançado ontem no evento.

A próxima reunião, a ser agendada, deverá tratar de ferrovias, em seguida o tema será mineração, com a participação de um dos ex-dirigentes da Vale do Rio Doce, Elieser Batista, e depois será discutido o setor de navegação.